Melo, Fernando José Labré de França e Cyro Penna César Dias, que negavam provimento ao recurso. O sr. Márcio Coelho Lessa votou pela conclusão do sr. relator.

Participaram da votação, com voto vencedor, os Senhores Juizes: Jair Norivalde de Figueiredo, Carlos Eduardo Duprat, Luiz Fernando de Carvalho Acácio, Cesar Machado Scartezini, Armando Casimiro Costa, Roberto Pinheiro Lucas, Roberto Pinheiro Dória, Alvaro de Sá, Arnaldo Tirone, Levy Ramos, Vicente Pessoa Monteiro, Clóvis Panzzarini, Aurelino Pires de Campos Nóbrega, Adail Expedito de Oliveira Trigo, Waldemar dos Santos, Márcio Coelho Lessa, João Poço Parré, Aldo José Kuhl, Hovanir Alcântara Silveira, Antonio Pinto da Silva e Jamil Zantut.

— Proc. DRT-10 n.º 8303/70, julgado em Sessão de CC. Reunidas de 13-7-72. Rel. Cesar Machado Scartezini.

Cuidam os autos da matéria relativa à fixação, pelo Decreto n.º 52.486/70, de penalidade pelo descumprimento da obrigação acessória nele criada, qual seja, o fornecimento por contribuintes do ICM, de dados informativos necessários à apuração dos índices de participação dos Municípios paulistas no produto da arrecadação daquele tributo, segundo o sistema estabelecido pelo Decreto-lei (federal) n.º 380, de 23-12-68.

Formaram-se, em diferentes Câmaras desta E. Corte, duas correntes, uma entendendo que o Decreto em causa não podia instituir multa pela falta de apresentação da declaração contendo os dados referidos, e outra considerando perfeitamente legal a fixação.

Vindo-me para relatar perante estas Colendas Câmaras Reunidas dois processos, os de ns. DRT-10 8303/70 e DRT-4 2742/71, procurarei, no presente voto, dar notícia aos ilustres pares das posições assumidas pelas Egrégias Câmaras que apreciaram a hipótese, valendo-me dos RR. acórdãos constantes dos autos, quer os revisandos, quer os apontados à colação.

Houve por bem a E. 5.ª Câmara, pelo voto vencedor do eminente Juiz Ylves José de Miranda Guimarães, vencido o inclito Juiz Luiz Carlos de Oliveira, em dar provimento ao recurso ordinário por inadmissível a imposição de penalidade sem o seu estabelecimento em lei, aduzindo ser inaplicável à hipótese a norma do parágrafo 1.º, do artigo 158, do RICM, eis que o Decreto em causa não contém matéria tributária, mas sim de natureza eminentemente financeira, a qual não pode ser alcançada por disposições penais que dizem respeito tão-somente à legislação orgânica do ICM.

A mesma E. 5.ª Câmara, pelo voto vencedor do eminente Juiz Vicente Pessoa Monteiro, vencido novamente o ilustre Juiz Luiz Carlos de Oliveira, houve por bem, no R. acórdão revisando proferido no processo DRT-4 n.º 2742/71, em dar provimento ao recurso ordinário, afirmando que as disposições do Decreto n.º 52.486/70 não se coadunam com as contidas no artigo 97, do C.T.N., que atribui somente à lei a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

Já a E. 2.ª Câmara, vencido o ilustrado Juiz Dario Ranoya, acolheu a acusação fiscal, como o fizera quando de sua composição anterior (daquela feita à unanimidade), sendo de observar-se que em uma das decisões alinhadas como divergentes, votou vencido também o ilustre Juiz Vicente Pessoa Monteiro, e em outra o eminente Juiz Rubens Pestana de Andrade, então com assento na E. 2.ª Câmara.

Temos, assim, dois VV. acórdãos, ora em revisão, ambos da E. 5.ª Câmara, que decidiram pela insubsistência da ação fiscal, e quatro, todos da E. 2.ª Câmara, que afirmaram de sua legalidade, o que configura a divergência quanto ao critério de julgamento, pelo que, preliminarmente, conheço dos recursos.

Quanto ao mérito, dou provimento aos pedidos de revisão, em consonância com os votos que venho prolatando na E. 4.ª Câmara — na qual, esclareço, sou voto vencido —, para o efeito de restabelecer as decisões de primeira instância, que acolheram as respectivas imputações fiscais.

Respondendo, em primeiro lugar, ao brilhante Juiz Ylves José de Miranda Guimarães, quero deixar consignado que o Decreto n.º 52.486/70 não regula matéria de natureza financeira, mas eminentemente tributária: de natureza financeira são as relações entre o Estado e seus Municípios, no que tange ao cálculo e entrega das parcelas do ICM a estes pertencentes, mas destas relações não cuida o Decreto focalizado o qual, ao revés, regulamenta, isto sim, relações entre o Estado e os contribuintes do ICM obrigados a fornecer elementos necessários àquele cálculo e àquele entrega, o que, à evidência, é bem diferente.

Examinando-se, com a devida atenção, o citado Decreto, ver-se-á que seu único dispositivo que, de certa forma, estabelece algum relacionamento Estado-Municípios é o artigo 10, o qual estipula que as comunas poderão examinar as declarações que servirão de base para o cálculo dos índices de participação, assim como os livros e do-

documentos que informaram os valores das operações tributáveis declaradas; contudo nem esse relacionamento pode ser considerado como de natureza financeira, senão remotamente e mediante o emprego de certa dose de imaginação.

Evidenciado, dessarte, que o Decreto n.º 52.486/70 integra a legislação tributária (e não financeira) paulista, passo à análise de sua legalidade.

Estabelece o artigo 65 da Lei n.º 9.590, de 30-12-66, que «São obrigados a exhibir os documentos e livros relacionados com o imposto, a prestar as informações solicitadas pelo Fisco (grifei) e a não embarçar a ação dos agentes fiscais:

«I — os contribuintes e todos os que tomarem parte nas operações sujeitas ao imposto», donde a conclusão de que os contribuintes do ICM não podem furtar-se a fornecer quaisquer elementos solicitados pelo fisco, desde que relacionados com o tributo.

A palavra relacionados, como é bem de ver, tem o sentido mais amplo possível, compreendendo não só as informações atinentes ao recolhimento do imposto, como as relativas ao cumprimento de obrigações acessórias e tudo o mais que, direta ou indiretamente, se relacione com o tributo.

Quanto à forma de fornecimento dessas informações, cabe exclusivamente ao fisco, no uso de seu poder de império, sua determinação, podendo ele mandar sejam prestadas verbalmente, ou por escrito, a seu único critério.

Ao contribuinte compete acatar a ordem, em face do disposto no citado artigo 65 da Lei n.º 9.590/66.

No uso dessa competência, tem a Fazenda do Estado baixado inúmeras determinações a seus contribuintes, para que forneçam tais ou quais elementos; a principal dessas vozes de comando é o Regulamento do ICM que, através de mais de duas centenas de artigos, instituiu uma série enorme de obrigações acessórias a serem cumpridas pelos contribuintes, sem que, até o momento, fosse ele acimado de ilegal, naturalmente porque seus intérpretes têm presente a norma do artigo 65 da Lei n.º 9.590/66, cuja amplitude oferece o mais perfeito respaldo legal aos dispositivos decretatórios em referência.

Mas não ficou aí a atividade legislativa estadual atinente à espécie: além do Decreto n.º 47.763/67, muitos outros vêm sendo expedidos até os dias que correm, vários deles complementados por instruções, portarias e outras formas de atos, todos enfim integrando a legislação tributária do Estado — a expressão «legislação tributária» é aqui empregada no sentido que lhe deu o artigo 96 do C.T.N. —, e inúmeros deles criando, por sua vez, novas obrigações aos contribuintes do ICM, o que tudo vem sendo aceito, quer pelos intérpretes da legislação, quer pelos contribuintes.

Para baixar atos dessa natureza, nem careceria a Fazenda de lei estadual específica que lhes desse base legal, eis que, segundo o estatui o parágrafo 2.º, do artigo 113, do C.T.N., a obrigação acessória decorre da legislação tributária (e não apenas da lei), e legislação tributária, consoante o mandamento do artigo 96 do mesmo Código, compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Dito isto, parece-me ter ficado demonstrado à saciedade, que o Estado podia e pode exigir, dos contribuintes do ICM, que lhe forneçam elementos informativos relacionados com o tributo, como é o caso do Decreto n.º 52.486/70.

Se o Estado pode, através de decreto, instituir tal obrigação, poderá ele, também por decreto, cominar penalidade por seu descumprimento?

Em princípio parece-me que não, em face do disposto no artigo 97, inciso V, do C.T.N., o qual estipula, de modo categórico, que somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

Ocorre, todavia, «in casu», que a lei paulista contém esse ordenamento, simplesmente quantificado pelo Decreto n.º 52.486/70: refiro-me ao parágrafo 1.º do artigo 76, da Lei n.º 9.590/66, o qual, com a redação que lhe deu o Decreto-lei (estadual) n.º 79, de 28-5-69, dispõe que, não havendo outra importância expressamente determinada, as infrações à legislação do ICM serão punidas com multas variáveis entre 50 e 10.000 cruzeiros, facultado ao regulamento estabelecer a respectiva graduação dentro desses limites.

O Decreto n.º 52.486/70 encontra, nesse dispositivo, expresso e perfeito amparo legal, pois as multas nele fixadas (apenas fixadas, e não instituídas) se contêm dentro dos limites legais.

Não está em discussão a constitucionalidade da Lei n.º 9.590/66 e do Decreto-lei n.º 79; permito-me, contudo responder, desde logo, à possível arguição de que a disposição em causa implicaria em uma proibida delegação de poderes ou de competência, lembrando aos eventuais arguidores que a legislação do extinto IVC não fixava penalidades, cometendo essa competência não a um decreto, mas